

Desmatamento e madeireiras

Roberto Smeraldi

As medidas anunciadas pelo governo em 26 de janeiro, dia da publicação dos graves dados do desmatamento, pareciam inicialmente razoáveis. Mas ao longo da semana ficou claro que pouco acontecerá, pois muitas das medidas dependem de complexas e improváveis negociações políticas. Há riscos, de acordo com os principais observadores, de que apenas uma delas seja realizada concretamente, isto é, a criação de novas Florestas Nacionais para exploração de madeira.

Embora seja correto valorizar prioritariamente as vocações econômicas da floresta em pé, é útil e desejável também desenvolver um sistema de concessões em terras públicas, por meio do qual seja possível aproveitar os recursos florestais de forma integrada, incluindo a madeira. Isso deveria acontecer num contexto de adequada fiscalização, com o treinamento e o envolvimento da população local, por prazos compatíveis com o ciclo de corte (mínimo de 30 anos) e o acompanhamento de rigorosa certificação.

Nada disso está ocorrendo. Com uma cartada só, o governo criou sete novas Florestas Nacionais na Amazônia, com uma extensão declarada de mais de 2 milhões e meio de hectares. Isso ocorreu sem alguma consulta prévia e pública aos interessados, às populações e instituições locais ou às entidades ambientalistas. Pior ainda, o governo manteve em uma espécie de absurdo sigilo a exata localização dessas áreas, algumas das quais (Altamira, Xin-

gu, etc.) iriam ser criadas em regiões com grande número de áreas indígenas e de conflitos.

Já existem na Amazônia, desde a década de 60, 24 Flonas por um total de mais de 12 milhões de hectares, mas nunca elas foram utilizadas e o governo não chegou ainda a identificar instrumentos viáveis do ponto de vista legal, ambiental e social para colocá-las em produção. Pelo contrário, uma malfadada tentativa de julho de 1997, por apenas 5 mil hectares na Flona Tapajós, foi embargada pela Justiça com base em tantas irregularidades que nem o

quanto aquele que busca um difícil amparo legal. Não existem, na Amazônia, capacidade instalada, mão-de-obra treinada e maquinarias para permitir o desenvolvimento de manejo florestal nessa escala. É claro, portanto, e o presidente do Ibama começou admiti-lo nas entrevistas dos últimos dias, que está se tentando oferecer esses recursos às empresas asiáticas, as únicas que teriam, em tese, condição para enfrentar desafios deste tamanho. Por sinal, trata-se de um "saldão de fim de temporada", julgando com base nos preços irrisórios pelos quais o Iba-

identificação das novas Flonas.

Esses fatos preocupam. O governo reagiu aos dados do desflorestamento segurando a informação por muitos meses, tentando depois questionar a evidência dos números e enfim lançando iniciativas não discutidas com a opinião pública e oriundas de agendas de interesses paralelos. Junto com a constangedora "novela" do mogno, em que o Brasil não cumpriu nem com os compromissos mínimos tomados internacionalmente em junho de 1997, esses acontecimentos podem acabar com a credibilidade que o País estava lentamente reconquistando. Isto ocorreu, ao longo dos últimos anos, por meio de uma experiência difícil e inovadora desenvolvida pelo próprio governo, o chamado Programa Piloto para as Florestas Brasileiras, com financiamento dos países do G-7. É um projeto de tamanho modesto (US\$ 250 milhões), mas havia criado a expectativa de que o Brasil estaria se preparando para utilizar seus próprios recursos de acordo com as diretrizes de ampla participação, sustentabilidade ambiental e econômica que inspiram esse programa. Quem serve os interesses do País deveria ter "utilizado" a gravidade dos dados do desmatamento para solicitar mais recursos desse tipo, e não para justificar negócios com as madeireiras asiáticas.

Roberto Smeraldi é coordenador do Programa Amazônia da entidade ambientalista Amigos da Terra

NÃO EXISTE NA AMAZÔNIA CAPACIDADE
INSTALADA, MÃO-DE-OBRA TREINADA E
MAQUINARIAS QUE PERMITAM O MANEJO
FLORESTAL EM GRANDE ESCALA

próprio Ibama, autor da licitação, achou conveniente tentar reverter aquela decisão e preferiu cancelar seu próprio edital. Em suma, ao mesmo tempo em que o governo não consegue licitar uma área correspondente a 0,004% das Flonas existentes, pretende chegar a quase 15 milhões de hectares de Flonas.

Apesar dos casos de incompetência, não há dúvida de que os responsáveis pela área ambiental têm conhecimento da situação de descapitalização e falta de capacidade de investimento em que se encontra o setor madeireiro da Amazônia, tanto aquele abertamente clandestino

ma pretendia licitar a madeira do Tapajós (entre R\$ 3 e R\$ 10 o metro cúbico, um preço competitivo com o do mercado clandestino).

O pior é que o governo nem dispõe de um instrumento legal por meio do qual possa desenvolver um sistema de concessões. Pela Constituição, não pode licitar mais de 2.500 hectares sem passar pelo Congresso Nacional. Embora não tenha sido ainda elaborada nenhuma proposta de legislação nesse sentido — paradoxalmente, as únicas diretrizes viáveis foram elaboradas por um grupo de uma dezena de ONGs —, o governo resolveu se apressar na

73
412198
204
13